



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2004

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

José Cordeiro Neto (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2ª andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 10, n. 9, set. 2004. 35 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 4,7 bilhões em setembro, R\$ 1,1 bilhão acima do resultado obtido no mês anterior. As receitas do Tesouro cresceram R\$ 1,1 bilhão e as despesas do Tesouro aumentaram R\$ 987,4 milhões, reflexo, em parte, do maior nível de execução financeira por parte dos Ministérios. No mês, o déficit da Previdência Social (RGPS) permaneceu estável em R\$ 2,6 bilhões, ainda que no ano ele tenha aumentado em R\$ 2,8 bilhões (16,4%) *vis-a-vis* 2003, de forma contemporânea com o aumento dos benefícios previdenciários como proporção do PIB, que passaram de 6,47% do PIB, no período janeiro-setembro de 2003, para 6,81% do PIB, no período equivalente este ano.

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO: 2004/2003	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	17,4%
Tesouro	17,1%
Previdência	18,6%
Transferências	8,4%
Receita Líquida	19,4%
Despesas	19,3%
Benefícios	18,1%
Pessoal	8,8%
Custeio e Capital	34,1%

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	AGO 2004	SET 2004	JAN-SET 2003	JAN-SET 2004
I. RECEITA TOTAL	33.812,2	34.895,0	259.934,2	305.261,0
I.1. Receitas do Tesouro	26.134,9	27.246,1	204.329,6	239.311,9
I.1.1 Receita Bruta	27.675,9	28.226,1	210.588,0	249.348,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.541,0	-979,9	-6.258,4	-10.036,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.583,4	7.527,2	54.898,6	65.094,8
I.3. Receitas do Banco Central	94,0	121,7	706,0	854,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.033,5	5.063,6	45.472,6	49.290,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	27.778,7	29.831,4	214.461,5	255.970,9
IV. DESPESA TOTAL	24.229,9	25.149,2	175.903,9	209.791,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.576,0	7.067,8	56.538,8	61.493,4
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.154,0	10.077,7	71.825,7	84.793,2
IV.3. Custeio e Capital	7.331,1	7.813,1	46.269,0	62.068,7
IV.3.1. Despesa do FAT	1.007,4	1.057,3	5.917,1	7.194,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	531,2	321,5	1.910,8	2.824,9
IV.3.3. LOAS/RMV (1)	667,8	673,4	3.240,7	6.053,2
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.124,7	5.761,0	35.200,5	45.996,4
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	45,4	58,9	385,4	431,1
IV.5. Despesas do Banco Central	123,5	131,7	885,0	1.005,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	3.548,8	4.682,3	38.557,6	46.179,0
V.1. Tesouro Nacional	6.148,9	7.242,7	55.663,8	66.028,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-2.570,6	-2.550,5	-16.927,2	-19.698,4
V.3. Banco Central (3)	-29,5	-10,0	-179,0	-151,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,47%	3,71%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro deste ano passou a ser computado juntamente com LOAS, integrando o resultado do Tesouro Nacional.

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receita Total	23,42%	24,51%
Transferências	4,10%	3,96%
Receita Líquida	19,32%	20,56%
Despesa Total	15,85%	16,85%
Resultado Primário	3,47%	3,71%

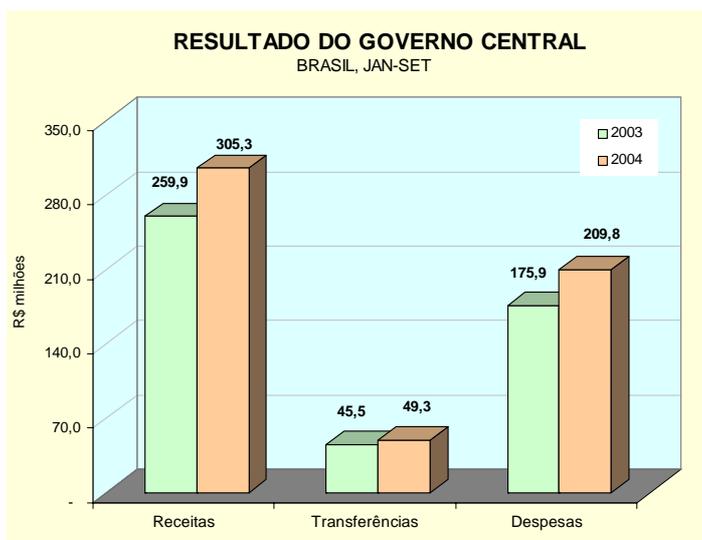
No ano, o superávit primário do Governo Central acumula R\$ 46,2 bilhões (3,71% do PIB), contra R\$ 38,6 bilhões (3,47% do PIB) realizados de janeiro a setembro de 2003, correspondendo a um aumento de R\$ 7,6 bilhões em

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Tesouro Nacional	5,02%	5,30%
Previdência Social	-1,53%	-1,58%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
Governo Central	3,47%	3,71%

termos nominais (19,8%). As despesas totais cresceram R\$ 33,9 bilhões (19,3%), totalizando R\$ 209,8 bilhões no ano (16,85% do PIB). Dentre as despesas mais dinâmicas, destacam-se os desembolsos com benefícios sociais (FAT, LOAS e RMV); subsídios à agricultura familiar, habitação e exportações; e demais despesas de custeio e capital. A receita líquida de transferência a estados e municípios, por sua vez, cresceu R\$ 41,5 bilhões (19,4%), atingindo o montante de R\$ 256,0 bilhões. Verifica-se, ademais, aumento das restituições do imposto de renda que, até setembro, alcançaram R\$ 10 bilhões, contra R\$ 6,3 bilhões nos primeiros nove meses de 2003.

Como proporção do PIB, o resultado até setembro de 2004 foi 0,23 ponto percentual superior ao obtido em 2003. O resultado do Tesouro Nacional cresceu 0,29 ponto percentual, compensando o aumento do déficit do RGPS em 0,06 ponto percentual, ocorrido não obstante o crescimento na arrecadação de contribuições em 0,28 ponto percentual do PIB.

Sem prejuízo do cumprimento das metas de resultado primário e da observância aos limites de pagamento estabelecidos nos Decretos de Programação Financeira, as despesas de custeio e capital cresceram, este ano, 0,82 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período de 2003.



As receitas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 35,0 bilhões em termos nominais (17,1%), atingindo o montante de R\$ 239,3 bilhões este ano, contra R\$ 204,3 bilhões até setembro de 2003. Esse desempenho está associado, principalmente, aos seguintes fatores, destacados ao longo deste ano: i) aumento da alíquota da Cofins incidente sobre entidades financeiras, da CSLL sobre empresas prestadoras de serviço e do IPI-Fumo (ao mesmo tempo em que houve redução das alíquotas do Imposto de Importação e do IPI sobre automóveis e bens de capital); ii) medidas administrativas para melhoria da eficiência da arrecadação e combate à sonegação, tais como a retenção na fonte de Cofins,

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receitas do Tesouro (*)	18,41%	19,22%
Transferências	4,10%	3,96%
Despesas do Tesouro	9,30%	9,96%
Resultado Primário	5,02%	5,30%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

IRPJ, PIS e CSLL referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços, extinção de crédito presumido PIS/Cofins no IPI e instituição do PAES; e iii) ampliação da base de arrecadação, com a incorporação da Cofins/PIS (não-cumulativa) sobre importações. Além disso, destaca-se a aplicação da Lei nº 10.887/2004, que regulamenta a contribuição patronal do regime de previdência do servidor público (CPSS), e da decisão do STF favorável à constitucionalidade do pagamento dessa contribuição pelos servidores inativos. Vale ressaltar que a arrecadação do Tesouro Nacional com impostos e contribuições para o último trimestre deverá ser reduzida em virtude das decisões recentes do Governo Federal visando à maior eficiência tributária.

As transferências a estados e municípios somaram R\$ 49,3 bilhões, R\$ 3,8 bilhões superior ao registrado até setembro de 2003. Como proporção do PIB, entretanto, as transferências foram reduzidas em cerca de 0,14 ponto percentual, não obstante os repasses da CIDE a partir deste ano (R\$ 674,7 milhões). Parte da redução das transferências é atribuída à ocorrência, em 2003, de transferência adicional de valores referentes a 1999, sem correspondência este ano. Com efeito, até setembro de 2003, as compensações pela desoneração do ICMS foram de R\$ 3,1 bilhões, contra R\$ 3,2 bilhões no mesmo período deste ano. Adicionalmente, os repasses de *royalties* foram relativamente menores em 2004 devido à arrecadação do início de 2003 ter sido majorada pelo efeito da depreciação cambial ocorrida até março de 2003. Também se destaca o crescimento relativamente menor da arrecadação do IR e o maior volume de restituições do tributo este ano, maior em R\$ 3,8 bilhões (60,4%) até setembro. Por força constitucional, o aumento das restituições diminuiu a base de cálculo para repasse aos fundos de participação para Estados e Municípios.

As despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 124,0 bilhões, crescendo R\$ 20,8 bilhões em relação a igual período do ano anterior. Esse comportamento está associado aos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 5,0 bilhões nos gastos com pessoal, refletindo o crescimento vegetativo da folha de pagamentos e a reestruturação de carreiras estratégicas; e ii) aumento de R\$ 15,8 bilhões nas despesas de custeio e capital, explicado principalmente pelo maior volume de benefícios (despesas do FAT, LOAS/RMV, subsídios à agricultura familiar e à habitação, entre outros) e pela execução financeira dos órgãos do Poder Executivo relativamente melhor distribuídas este ano.

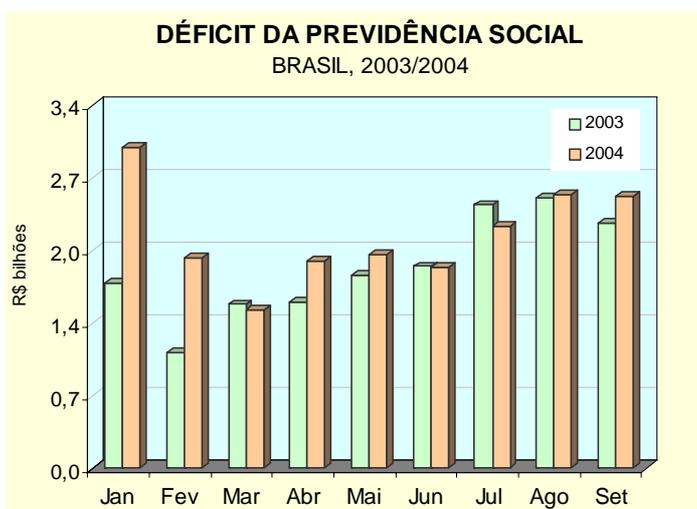
Por fim, o RGPS apresentou déficit de R\$ 19,7 bilhões este ano, contra R\$ 14,6 bilhões até setembro de 2003. Houve aumento de 0,28 ponto percentual do PIB na arrecadação da Previdência Social após a reforma e ampliação do contingente de beneficiários; contudo, as despesas com benefícios, em proporção

As transferências a estados e municípios cresceram relativamente menos em 2004 devido a efeitos atípicos ocorridos em 2003, e ao comportamento da arrecadação do IR este ano. Além disso, as restituições do tributo cresceram 60,4% até setembro, reduzindo a base de cálculo para os fundos de participação.

As despesas do Tesouro Nacional corresponderam a 9,96% do PIB, sendo 0,66 ponto percentual superior à verificada até setembro de 2003.

do PIB, têm crescido em ritmo maior. Isso tem ocorrido pela conjunção da elevação do valor médio e da quantidade paga de benefícios (notadamente auxílios-doença). Além disso, o pagamento das decisões dos tribunais de pequenas causas referentes a reajustes das aposentadorias tem contribuído para o dinamismo da despesa previdenciária. Com efeito, os benefícios previdenciários passaram de 6,47% do PIB, até setembro de 2003, para 6,81% do PIB, no mesmo período deste ano.

Em 2004, o RGPS acumula déficit de R\$ 19,7 bilhões, 16,4% superior ao resultado de idêntico período do ano passado. Como proporção do PIB estimado, o déficit do RGPS cresceu 0,06 ponto percentual, passando de 1,53% do PIB em 2003, para 1,58% em 2004.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 28,2 bilhões em setembro, apenas R\$ 549,8 milhões superior à verificada no mês anterior, o que se deu apesar de setembro ter tido cinco semanas de fato gerador, contra quatro em agosto, afetando principalmente os tributos de apuração semanal (IRRF, IOF e CPMF).

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 547,4 milhões (18,8%), devido à sazonalidade verificada nas receitas diretamente arrecadadas (queda de R\$ 288,1 milhões) e no pagamento de dividendos por parte das empresas estatais federais (diminuição de R\$ 306,0 milhões).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos nove primeiros meses de 2004, as receitas brutas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 249,3 bilhões, contra R\$ 210,6 bilhões em igual período do ano anterior. Este crescimento decorreu em grande medida do desempenho da arrecadação da Cofins para cuja evolução contribuíram os seguintes fatores: i)

tributação dos insumos importados pelas empresas sujeitas a não-cumulatividade (Lei nº 10.833/2003); e ii) extensão da tributação da Cofins a todos os insumos importados (Lei nº 10.865/2004) – essa tributação harmoniza os mercados interno e externo quanto à incidência da Cofins.

O recolhimento decorrente da CSLL apresentou incremento de 0,09 ponto percentual do PIB, resultado da alteração da base de cálculo da CSLL por estimativa paga pela empresa (que passou de 12% para 32% da receita bruta, a partir de outubro de 2003).

Além disso, destaca-se a aplicação recente (efetivamente a partir de agosto) da Lei nº 10.887/2004, que estabelece a alíquota de 22% para contribuição patronal do regime de previdência do servidor público (CPSS), e da decisão do STF favorável à constitucionalidade do pagamento dessa contribuição pelos servidores inativos, que gera uma receita putativa para o Governo Central.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 27,3 bilhões até setembro deste ano, contra R\$ 23,2 bilhões em igual período do ano anterior. Parte desse incremento (R\$ 2,6 bilhões) decorreu da retenção na fonte da Cofins, da contribuição para o PIS e da CSLL efetuados pelas empresas contratantes de prestadoras de serviço, conforme art. 30 da Lei nº 10.833/2003, e não classificados ainda nos respectivos tributos. A rubrica “Refis e Paes” apresentou aumento de R\$ 1,0 bilhão, com destaque para o Parcelamento Especial (Paes), que entrou em vigor a partir em junho de 2003, conforme Lei nº 10.684/2003.

Em setembro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 5,0 bilhões, contra R\$ 6,0 bilhões em agosto. Tal desempenho está associado principalmente a fatores sazonais decorrente do fato de que as transferências do FPE e do FPM, realizadas no mês de agosto, tiveram em suas bases de cálculo as receitas decorrentes do recolhimento da primeira cota ou cota única do IRPJ ocorrido no final do mês de julho, referente à apuração trimestral encerrada em junho.

As demais transferências apresentaram queda de R\$ 390,4 milhões, também devido a fatores sazonais. Verificou-se redução da arrecadação de *royalties* pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 618 milhões): encontra-se na base de cálculo da transferência de agosto o recebimento de parcela trimestral de compensação financeira. A receita associada ao salário educação apresentou

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Impostos	8,18%	8,23%
Imposto de Renda	6,03%	6,01%
IPI	1,28%	1,34%
Outros	0,87%	0,87%
Contribuições	8,71%	9,61%
Cofins	3,84%	4,53%
CPMF	1,52%	1,55%
CSLL	1,07%	1,16%
Cide - Combustíveis	0,50%	0,00
Outras	1,77%	1,90%
Demais	2,09%	2,19%
Cota parte	0,75%	0,01
Diretamente Arrecadada	0,61%	0,01
Dividendos da União	0,33%	0,26%
Refis e Paes	0,14%	0,00
Outras	0,27%	0,42%
Total Bruto	18,97%	20,02%

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET
Constitucionais (IR, IPI e outros)	4.467,5	3.887,3
Constitucionais (CIDE-Combustíveis)	2,6	3,2
Desoneração do ICMS	358,3	358,3
Demais	1.205,1	814,7
Total	6.033,5	5.063,6

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET
Salário-Educação	109,1	336,6
Royalties Lei 9478	1.066,0	447,7
Fundef	22,3	22,3
Outras	7,7	8,1
Total	1.205,1	814,7

aumento de R\$ 227,5 milhões, decorrente da sazonalidade bimestral dos repasses.

De janeiro a setembro de 2004, as transferências a estados e municípios perfizeram 3,96% do PIB. As transferências constitucionais, inclusive CIDE – Combustíveis, representaram 3,08% do PIB, apresentando redução de 0,05 ponto percentual, refletindo, por sua vez, a queda na arrecadação do IR relativo a remessa ao exterior e, principalmente, do IRRF – Rendimento de Capital. As demais transferências passaram de 0,69% para 0,61% devido, principalmente, aos efeitos da apreciação cambial sobre a arrecadação de *royalties*.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,13%	3,03%
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,00%	0,05%
Desoneração do ICMS	0,28%	0,26%
Demais	0,69%	0,61%
Total	4,10%	3,96%

Boxe 1 – Desoneração Tributária

Para estimular o crescimento econômico, incentivar a formação de poupança de longo prazo, além de gerar mais investimento, emprego e renda, o governo federal tem adotado uma série de medidas de desoneração tributária, as quais podem ser divididas em três grandes grupos: a) estímulo ao investimento; b) estímulo à poupança de longo prazo; e c) cunho social.

Entre as medidas de **estímulo ao investimento** destacam-se: i) a desoneração dos bens de capital proveniente da redução da alíquota do IPI de 5% para 3,5% em 2003 e para 2% em 2004 e da ampliação da lista de máquinas e equipamentos beneficiados; ii) incentivo à modernização e ampliação da estrutura portuária (Reporto) beneficiando, via redução de custo e agilização, o fluxo de mercadorias no comércio exterior; iii) possibilidade da depreciação acelerada para bens de capital, com crédito de 25% sobre o valor da depreciação contabilizada a ser descontado da CSLL e, também, o aproveitamento de crédito do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre bens de capital por meio da redução do prazo de 10 anos para 4 anos e, em muitos casos, 2 anos, favorecendo o capital de giro das empresas investidoras.

Entre as medidas de **estímulo à poupança de longo prazo** destacam-se: i) redução das alíquotas sobre previdência complementar com prazos de permanência maiores; ii) modificação do tratamento tributário para aplicações financeiras de médio e longo prazo; iii) redução para 15% da tributação das aplicações em bolsa, ampliação da isenção tributária sobre letras hipotecárias; iv) redução do IOF incidente sobre operações de seguro de vida; v) isenção de tributos sobre os planos de previdência na fase de acumulação, alíquota zero da CPMF na reaplicação financeira a partir de 1º de outubro; v) ampliação do prazo de incidência do IR, que agora é semestral, nos fundos de investimentos financeiro.

Entre as medidas de **cunho social**, voltadas para a redução nos preços dos produtos ao consumidor, e estímulo à geração de empregos formais nas pequenas empresas, destaca-se a redução a zero da alíquota de PIS/Pasep e de Cofins na comercialização de arroz, feijão farinha e ovos como também, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes e vacinas de uso veterinário, beneficiando toda a cadeia produtiva de alimentos e do agronegócio. Além disso, as cooperativas rurais tiveram isenção da CSLL, antiga reivindicação deste segmento.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 14,9 bilhões em setembro, contra R\$ 13,9 bilhões no mês anterior. O acréscimo de R\$ 1,0 bilhão (7,1%) pode ser explicado, principalmente, pelo aumento da despesa com pessoal e encargos sociais (R\$ 491,9 milhões) e das demais despesas de custeio e capital (R\$ 636,3 milhões).

O acréscimo nos gastos com pessoal e encargos sociais explica-se pelo pagamento de sentenças judiciais e pelos ingressos decorrentes do disciplinamento relativo à alíquota de contribuição patronal para o custeio do regime de previdência do servidor ativo da União, de suas autarquias e fundações, de acordo com a Lei 10.887, de 18/06/04, que regulamenta dispositivos da Emenda Constitucional nº 41/03.

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 321,5 milhões, apresentando decréscimo em relação ao mês anterior. A queda observada no Programa de Investimento Rural e Agroindustrial é de caráter sazonal, tendo em vista a concentração de pagamentos nos meses de fevereiro e agosto. Esse programa corresponde a um conjunto de linhas de financiamento com recursos FAT e Finame, administradas pelo BNDES, cujos saldos médios são apurados em janeiro e julho, com respectivos pagamentos em fevereiro e agosto.

Houve decréscimo também nos gastos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 69,1 milhões). Por outro lado, o Programa de Financiamento às Exportações – Proex apresentou acréscimo no montante de R\$ 32,3 milhões.

No período de janeiro a setembro de 2004, as despesas do Tesouro alcançaram 9,96% do PIB, 0,66 ponto percentual do PIB acima do valor observado em idêntico período do ano anterior. Esse aumento decorreu principalmente do incremento de 0,52 ponto percentual do PIB nos demais dispêndios com custeio e capital, e da inclusão, a partir de 2004, da despesa com a Renda Mensal Vitalícia (RMV).

No acumulado do ano, as despesas de pessoal e encargos sociais elevaram-se, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, em R\$ 5,0 bilhões (8,8%), em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, do reajuste dos servidores públicos federais e pelo mencionado efeito da Lei 10.887, de 18/06/04, que trata da contribuição patronal.

Os dispêndios com custeio e capital apresentaram crescimento nominal de R\$ 15,8 bilhões (34,2%), explicado, principalmente, pelo aumento das despesas discricionárias (R\$ 10,8 bilhões), com LOAS (R\$ 1,5 bilhão) e pelo efeito da inclusão, em 2004, da despesa com a RMV (R\$ 1,3 bilhão).

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET
Agricultura	282,6	90,2
Custeio Agropecuário	7,6	6,7
Investimento Rural	133,1	0,0
Preços Agrícolas	7,5	7,9
- EGF	0,0	0,3
- AGF	7,5	7,4
- Sustentação de preços	0,0	0,2
Pronaf	134,4	65,3
Pesa	0,0	0,0
Cacau	0,0	10,4
Outros	176,5	143,8
Exportação (Proex)	100,5	132,8
Habitação (PSH)	61,9	10,4
Fundo da terra	14,1	0,6
Total	459,1	234,1

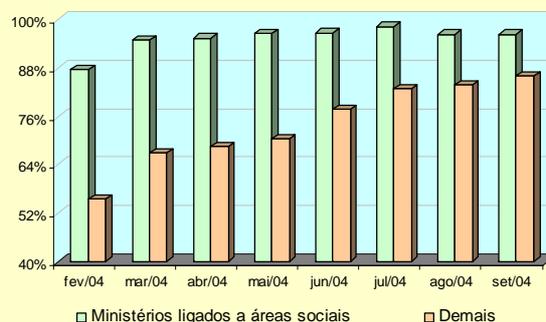
Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Pessoal e Encargos	5,09%	4,94%
Custeio e Capital	4,17%	4,98%
Despesas do FAT	0,53%	0,58%
Subsídios e Subvenções	0,17%	0,23%
LOAS/RMV (1)	0,29%	0,49%
Outras	3,17%	3,69%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

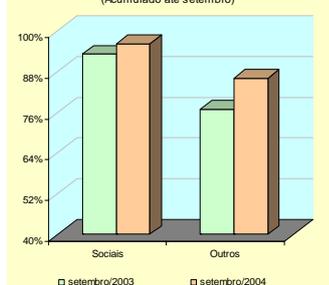
(1) RMV apenas em 2004

No ano, o percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios ligados a áreas sociais atingiu 96,4%, representando aumento de 3,2 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

EXECUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTOS DOS MINISTÉRIOS
(Acumulado até o mês)



EXECUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTOS DOS MINISTÉRIOS 2003/2004
(Acumulado até setembro)

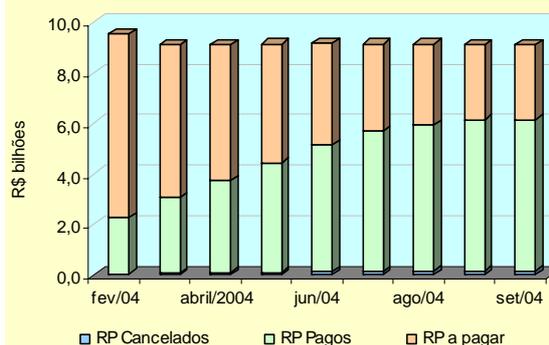


Os percentuais de execução do limite de pagamento, constantes dos decretos de programação orçamentária e financeira realizados, até setembro, pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Social) e demais ministérios alcançaram, respectivamente, 96,4% e 86,1%, tendo apresentado incrementos significativos se comparados com o mesmo período do ano anterior (93,2% e 76,9%).

Com relação à execução de restos a pagar (RP) no acumulado do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 6,0 bilhões, aproximadamente R\$ 2,2 bilhões a mais que no mesmo período do ano anterior (R\$ 3,8 bilhões). Foram pagos, até setembro de 2004, 65,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 4.992, de 18/02/2004 – contra 50,9% no mesmo período do ano anterior.

Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2004, R\$ 3,0 bilhões (49,6% do total) corresponderam a gastos com investimentos.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR 2003 / 2004



Do montante de restos a pagar pagos até setembro, R\$ 3,0 bilhões (49,6%) correspondem a investimentos, com destaque para aqueles pagos pelo Ministério dos Transportes (31,3%) e pelo Ministério da Saúde (18,8%). Até setembro de 2004, foram pagos 65,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) relativos a despesas com investimentos.

As despesas do FAT atingiram R\$ 7,2 bilhões no acumulado de 2004, frente R\$ 5,9 bilhões em idêntico período do ano anterior, refletindo o aumento do salário-mínimo ocorrido em abril deste ano, com efeito nessas despesas a partir desse mês.

Os gastos acumulados no período janeiro-setembro com subsídios e subvenções econômicas – de caráter predominantemente social – aumentaram 47,8% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 2,8 bilhões. Os incrementos mais significativos foram nos montantes aplicados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 359,3 milhões, correspondente a um aumento de 82%), no Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 210,2 milhões, incremento de 183%), no Programa de Subsídio à Habitação - PSH (R\$ 206,0 milhões, acréscimo de 134%) e Programa de Financiamento às Exportações – Proex (R\$ 172,6 milhões, aumento de 107%).

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Agricultura	972,6	1.202,6
Custeio Agropecuário	254,8	81,8
Investimento Rural	114,5	324,7
Preços Agrícolas	72,3	-48,0
- EGF	5,3	3,9
- AGF	41,2	-55,2
- Sustentação de preços	25,8	3,3
Pronaf	437,0	796,3
Pesa	93,4	36,2
Cacau	0,6	11,6
Outros	315,5	751,2
Habitação (PSH)	154,2	360,2
Exportação (Proex)	161,3	333,9
Fundo da Terra	0,0	57,1
Total	1.288,0	1.953,8

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 2,6 bilhões em setembro. A arrecadação líquida atingiu R\$ 7,5 bilhões no mês, R\$ 56,2 milhões abaixo da registrada no mês anterior. Por sua vez, a despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 10,1 bilhões em setembro, inferior em R\$ 76,3 milhões da verificada em agosto devido, principalmente, à menor despesa com sentenças judiciais de pequeno valor. A tabela abaixo resume essas informações apresentando em detalhes a evolução das contas do RGPS.

Previdência Social

TABELA 2 RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, 2003-2004				
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	AGO	SET	JAN-SET	
	2004	2004	2003	2004
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	7.583,4	7.527,2	54.898,6	65.094,8
Arrecadação Bruta	8.215,7	8.185,1	59.565,1	70.742,6
- Contribuição Previdenciária	7.690,2	7.609,8	55.888,2	65.575,2
- Simples	379,0	397,5	2.380,3	3.064,8
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,2
- CFT	24,7	51,4	294,7	559,6
- Depósitos Judiciais	56,7	74,3	662,2	1.122,7
- Refis	36,1	33,3	246,3	274,2
- Outras Receitas	28,9	18,8	93,5	146,0
(-) Restituição/Devolução	-25,6	-28,7	-274,9	-212,8
(-) Transferências a Terceiros	-606,7	-629,2	-4.391,7	-5.435,0
II. BENEFÍCIOS TOTAIS	10.154,0	10.077,7	71.825,7	84.793,2
Benefícios Previdenciários	10.154,0	10.077,7	70.529,7	84.793,2
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	0,0	0,0	1.296,0	0,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.570,6	-2.550,5	-16.927,2	-19.698,4
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,53%	-1,58%

Em setembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-SET (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Contribuição	4,95%	5,23%
Benefícios	6,47%	6,81%
Resultado Primário	-1,53%	-1,58%

Até setembro, a arrecadação líquida atingiu R\$ 65,1 bilhões, representando acréscimo nominal de 18,6% em relação à verificada em 2003. A arrecadação correspondeu a 5,23% do PIB no acumulado de 2004, apresentando aumento de 0,28 ponto percentual quando comparada a igual período de 2003. Ressalta-se a manutenção da trajetória de crescimento do nível de emprego, alcançada em 2004, medido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged), tendo sido criadas 1,7 milhão de novas ocupações formais neste ano, representando aumento de 7,2% no volume de ocupações. Para o crescimento das receitas também contribuiu o efeito degrau do aumento do teto das contribuições, que não se reproduzirá como variação de receita em 2005.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 84,8 bilhões no acumulado do ano, superando em R\$ 13,0 bilhões o montante observado no mesmo período de 2003. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram aumento da ordem de 0,34 ponto percentual, acima, portanto, da receita, não obstante os efeitos observados no parágrafo anterior. Tal comportamento decorre do incremento de: i) 12,9% no valor médio dos benefícios pagos, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso; e ii) 949,3 mil na quantidade média mensal de benefícios pagos no ano de 2004, equivalente a cerca de 4,4% no estoque.

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-SET**

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	%
Quantidade*	21,4	22,3	4,4%
Valor médio**	382,5	432,0	12,9%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Em setembro foram emitidos 22,8 milhões de benefícios, representando um crescimento de 0,6% em relação ao mês anterior. Os benefícios que apresentaram maior variação em relação a agosto foram o salário-maternidade e o auxílio-doença, com crescimentos de 7,5% e 3,4% respectivamente.

Na comparação da média de janeiro a setembro de 2004 em relação ao ano anterior, destacam-se os aumentos de 406,8 mil aposentadorias (3,4%), 290,2 mil benefícios de auxílio-doença (32,2%) e 170,8 mil de Loas emitidos para idosos (27,6%). O aumento do benefício assistencial para o caso específico do idoso é explicado pela vigência do Estatuto do Idoso, que alterou as regras para a concessão do benefício, reduzindo a idade mínima de 67 anos para 65 anos, e flexibilizando a composição da renda para o cálculo do limite máximo necessário para a concessão. A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social.

Boxe 2 – Estatuto do Idoso

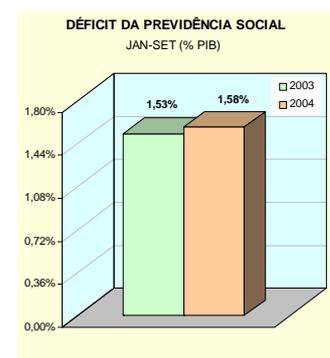
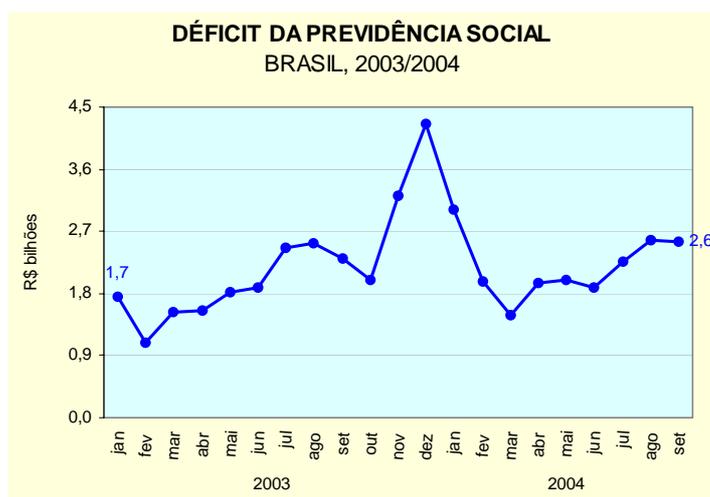
A Lei nº 10.741/2003, que entrou em vigor em janeiro de 2004, instituiu o Estatuto do Idoso. Dentre outras medidas, o art. 34 dessa Lei reduziu de 67 anos para 65 anos a idade mínima para ser elegível ao benefício, e alterou o cálculo da renda máxima exigida para a concessão.

Pelo Estatuto, para o cálculo do limite máximo da renda familiar *per capita* de $\frac{1}{4}$ do salário, não deve ser computado o benefício de Loas já concedido a qualquer membro da família.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004**

	Em mil benefícios			
	AGO	SET	MÉDIA JAN-SET	
	2004	2004	2003	2004
TOTAL	22.626	22.768	21.351	17.265
PREVIDENCIÁRIOS	19.332	19.440	18.349	14.797
Aposentadorias	12.426	12.471	11.902	9.546
Idade	6.338	6.369	6.013	4.861
Invalidez	2.471	2.487	2.376	1.896
Tempo de contribuição	3.617	3.615	3.513	2.789
Pensão por morte	5.567	5.583	5.384	4.297
Auxílio - doença	1.270	1.314	901	904
Salário - maternidade	44	47	141	32
Outros	25	26	21	18
ACIDENTÁRIOS	749	752	722	576
Aposentadorias	133	134	126	102
Pensão por morte	130	130	130	101
Auxílio - doença	127	130	106	94
Auxílio - acidente	266	266	264	206
Auxílio - suplementar	92	92	95	72
ASSISTENCIAIS	2.535	2.566	2.281	1.890
Amparos Assistenciais - LOAS	1.948	1.984	1.615	1.417
Idoso	862	885	618	595
Portador de deficiência	1.086	1.099	997	822
Pensões mensais vitalícias	17	17	18	14
Rendas mensais vitalícias	570	565	648	460

Considerando o acumulado entre janeiro e setembro de 2004, o RGPS registrou déficit primário de cerca de R\$ 19,7 bilhões, apresentando elevação nominal de 16,4% em relação a idêntico período de 2003. Como proporção do PIB estimado, o déficit situou-se 0,05 ponto percentual acima daquele observado no período de 2003 (1,53% do PIB e 1,58% do PIB, respectivamente).



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em setembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 383,9 bilhões, equivalentes a 23,9% do PIB dos últimos doze meses em valores correntes. Em relação ao mês anterior, o saldo da dívida aumentou R\$ 3,9 bilhões, equivalente a 0,24 ponto percentual do PIB, em parte explicado pela emissão de LTN, que superou o volume de resgate desse papel em R\$ 6,0 bilhões, em linha com a estratégia do Tesouro de aumentar a participação dos papéis prefixados na medida da capacidade de absorção do mercado.

Em setembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 383,9 bilhões (23,9% do PIB). O aumento observado em relação a agosto decorreu, principalmente, das emissões líquidas de R\$ 3,5 bilhões e da apropriação de juros nominais por competência, relativos à dívida mobiliária.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	153.257	164.732	172.092
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	676.009	745.544	757.366
Dívida Contratual da STN	-397.832	-435.399	-438.973
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-124.920	-145.413	-146.301
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	219.051	215.267	211.810
Dívida Mobiliária em Poder do Público	167.657	170.452	168.306
Títulos Depositados em Garantia	-3.738	-3.960	-3.856
Dívida Contratual	56.077	49.150	47.822
Disponibilidades	-946	-375	-462
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	372.308	379.999	383.902
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,1%	23,6%	23,9%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Esse aumento do estoque da dívida líquida é explicado, principalmente, pelas emissões líquidas de títulos da dívida mobiliária interna, bem como pela apropriação dos juros nominais sobre a dívida mobiliária. Por seu turno, a dívida externa líquida apresentou redução de R\$ 3,5 bilhões, decorrente da apreciação cambial ocorrida em setembro.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida apresentou aumento de R\$ 7,4 bilhões, equivalente a 0,36 ponto percentual do PIB, com destaque para o citado incremento da dívida mobiliária, devido às emissões líquidas no mês, de R\$ 3,5 bilhões, e a apropriação dos juros nominais. Deve-se destacar as emissões líquidas das LTN, de R\$ 6,0 bilhões, em linha com a estratégia de ampliação da parcela dos títulos prefixados no conjunto da dívida mobiliária em mercado. Os

haveres contratuais do Tesouro (e.g., créditos junto a Estados e Municípios) e de Fundos, Autarquias e Fundações cresceram R\$ 4,5 bilhões, mantendo-se constantes como proporção do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 SET	2004 AGO	2004 SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	153.257	164.732	172.092
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	676.009	745.544	757.366
LFT	438.765	430.126	434.074
LTN	63.996	125.601	133.273
NTN-C	56.637	74.821	75.845
NTN-D	31.398	20.891	20.309
Demais	61.790	72.251	72.181
Dívida Securitizada	21.379	19.466	19.294
TDA	2.044	2.388	2.390
DÍVIDA CONTRATUAL	-522.752	-580.812	-585.274
<i>Tesouro Nacional</i>	-397.832	-435.399	-438.973
Dívida Bancária	25.655	25.442	25.416
Lei nº 7.976/89	-10.351	-8.820	-8.571
Lei nº 8.727/93	-47.638	-47.959	-48.014
Lei nº 9.496/97	-206.112	-233.702	-237.054
Renegociação Dívida Municipais	-30.275	-34.364	-34.894
Demais Haveres da STN	-129.111	-135.997	-135.856
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-124.920	-145.413	-146.301
FAT	-86.046	-100.745	-101.164
Demais Entidades	-38.874	-44.668	-45.137
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	45,7%	45,6%	45,9%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-35,3%	-35,5%	-35,5%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,9%	-26,6%	-26,6%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,4%	10,1%	10,4%

Em setembro, o estoque de LTN atingiu o montante de R\$ 133,3 bilhões, valor esse mais que o dobro daquele registrado em setembro do ano passado.

O Tesouro Nacional, no mês de setembro, emitiu R\$ 19,6 bilhões em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) em poder do público, incluindo ofertas públicas, emissões diretas e o programa Tesouro Direto. Os resgates no referido mês alcançaram R\$ 16,0 bilhões, resultando em emissão líquida de títulos da DPMFi no montante de R\$ 3,5 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 19,2 bilhões, sendo: i) R\$ 10,4 bilhões em LFT, com vencimentos em agosto de 2005, junho de 2006 e março de 2007; ii) R\$ 8,0 bilhões em LTN, com vencimentos em julho de 2005 e janeiro de 2006; iii) R\$ 459,2 milhões em NTN-C com vencimentos em abril de 2008 e 2021 e janeiro de 2031; e iv) R\$ 381,4 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045.

Emissões e Resgates

No mês, o Tesouro realizou emissões líquidas de R\$ 3,5 bilhões em títulos da DPMFi. O destaque foram as LTN, cujas emissões superaram os resgates em R\$ 6,0 bilhões.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 313,1 milhões, assim distribuídas: i) R\$ 115,9 milhões em CVS, para novação de dívidas com o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – Crédito Imobiliário (BESCRI) e com o Banco BCN S.A.; ii) R\$ 95,0 milhões em TDA, por solicitação do INCRA, para indenização de desapropriações para a reforma agrária; iii) R\$ 51,4 milhões em NTN-I, para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex); e iv) R\$ 50,6 milhões em CFT-E1, para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, SET/2004

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	19.247,6	313,1	19,1	19.579,7
LFT	10.388,5	0,0	4,0	10.392,5
LTN	8.018,5	0,0	4,7	8.023,2
NTN-B	381,4	0,0	1,0	382,4
NTN-C	459,2	0,0	8,1	467,3
NTN-F	0,0	0,0	1,2	1,2
TDA	0,0	95,1	0,0	95,1
Securitizada*	0,0	115,9	0,0	115,9
Demais	0,0	102,1	0,0	102,1
II. RESGATES**	12.417,9	3.616,0	6,8	16.040,6
LFT	9.462,0	2.482,1	0,8	11.944,9
LTN	1.988,1	0,0	1,7	1.989,8
NTN-B	270,4	32,7	0,3	303,4
NTN-C	485,0	43,6	3,4	532,1
NTN-D	212,3	40,3	0,0	252,6
NTN-F	0,0	0,0	0,6	0,6
TDA	0,0	41,1	0,0	41,1
Securitizada*	0,0	474,1	0,0	474,1
Demais	0,0	502,1	0,0	502,1
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	6.829,8	-3.302,9	12,3	3.539,1

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

O Tesouro emitiu R\$ 19,6 bilhões em títulos, sendo que 98,3% desse montante correspondeu a emissões por meio de oferta pública.

Boxe 3 – Tesouro Direto

O montante de títulos vendidos pelo programa Tesouro Direto totalizou no mês R\$ 19,1 milhões. O número de investidores cadastrados atingiu 29.223 em setembro.

Quanto à composição, as Notas do Tesouro Nacional, série C (NTN-C), representaram 42,4% do total vendido, enquanto que as Letras do Tesouro Nacional (LTN), atingiram 24,9% das vendas.

Dando seqüência à agenda de divulgação, o programa Tesouro Direto esteve presente na última *Expo Money*, um dos mais importantes eventos de investimentos no Brasil, nos dias 14, 15 e 16 de outubro em São Paulo.

As emissões realizadas por meio do programa Tesouro Direto totalizaram R\$ 19,1 milhões, distribuídas da seguinte forma: i) R\$ 8,1 milhões em NTN-C com vencimentos em março de 2011, abril de 2008 e 2021, julho de 2017 e dezembro de 2005; ii) R\$ 4,7 milhões em LTN, com vencimentos em abril e julho de 2005 e janeiro de 2006; iii) R\$ 4,0 milhões em LFT, com vencimentos em fevereiro de 2005, janeiro de 2006 e 2007; iv) R\$ 1,2 milhão em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008; e v) R\$ 1,0 milhão em NTN-B com vencimentos em março de 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2006 e 2024.

Em setembro, foram resgatados R\$ 16,0 bilhões em títulos. Deste montante, R\$ 15,7 bilhões corresponderam ao pagamento de principal e juros, destacando-se : i) R\$ 11,9 bilhões em LFT; ii) R\$ 2,0 bilhões em LTN; iii) R\$ 532,1 milhões em NTN-C; iv) R\$ 303,4 milhões em NTN-B; e v) R\$ 252,6

milhões em NTN-D. Os cancelamentos totalizaram R\$ 351,0 milhões, sendo mais relevantes: i) R\$ 177,5 milhões em NTN-C e R\$ 16,2 milhões em LFT, aceitas no leilão de NTN-C; e ii) R\$156,8 milhões em NTN-B, aceitas no leilão de NTN-B.

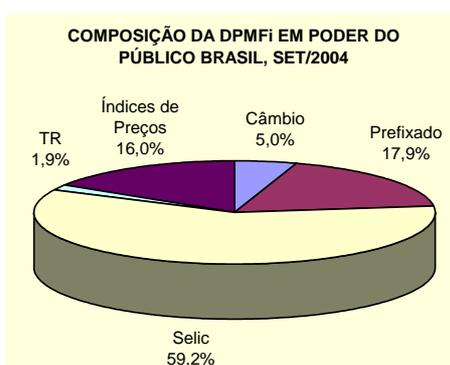
Quanto à composição da DPMFi, observou-se redução na participação de títulos remunerados pela taxa selic e pela taxa de câmbio, em 0,41 e 0,22 ponto percentual, respectivamente. Tais reduções decorreram dos resgates líquidos das LFT e das NTN-D, já mencionadas. Em relação a setembro de 2003, os títulos indexados à taxa de câmbio reduziram sua participação em 31,5%. Por sua vez, houve aumento na participação dos títulos prefixados em 0,76 ponto percentual, em virtude da emissão líquida de LTN no mês.

Composição

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2003/2004

INDEXADOR	2003		2004	
	SET	AGO	SET	SET
Selic	67,51	59,59	59,18	
Câmbio	7,37	5,27	5,05	
Prefixados	9,56	17,14	17,90	
Índices de Preços	13,65	16,14	16,02	
TR	1,90	1,86	1,86	
Outros	0,00	0,00	0,00	

* Não inclui dívida agrícola.



No mês de setembro, os títulos prefixados mantiveram a tendência de aumento da sua participação no conjunto da DPMFi, paralelamente à redução da participação daqueles indexados à taxa selic e ao câmbio.

Boxe 4 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Visando fortalecer o mercado dos títulos públicos indexados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de setembro, leilões de NTN-B e NTN-C, remuneradas pelo IPCA e IGP-M, respectivamente.

O leilão de NTN-B ocorreu nos dias 13 e 14 de setembro, com liquidação financeira em 15 de setembro. O montante vendido foi de aproximadamente R\$ 381,4 milhões tendo sido recebidos R\$ 231,4 milhões (60,7%) em dinheiro e R\$ 150,0 milhões (49,3%) em troca por outros títulos. Os vencimentos ofertados foram 2006, 2009, 2015, 2024 e 2045, sendo que este último representou 51,7% do total vendido. As taxas de venda destes títulos foram de 8,65% a.a., 8,75% a.a., 8,80% a.a., 8,85% a.a. e 9,10% a.a., respectivamente.

Quanto às NTN-C, o montante emitido foi de R\$ 459,2 milhões nos leilões realizados nos dias 30 e 31 de agosto, com liquidação financeira no dia 1º de setembro de 2004, sendo que 58,9% corresponderam à parcela recebida em dinheiro (R\$ 270,5 milhões), e os 41,1% restantes foram recebidos em títulos (R\$ 188,7 milhões). Os títulos com vencimento em 2008 corresponderam a 89,4% do total vendido, e aqueles com vencimento em 2031 representaram 10,2%. As taxas de venda foram 8,60% a.a. e 8,20% a.a., respectivamente os 41,1% restantes foram recebidos em títulos (R\$ 188,7 milhões),

Custo Médio

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2004 (% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003		
Set	21,17	18,55
Out	18,69	15,74
Nov	18,57	21,32
Dez	17,53	14,80
2004	22,91	18,41
Jan	17,67	18,78
Fev	17,66	16,20
Mar	17,36	16,64
Abr	17,61	18,61
Mai	17,13	21,97
Jun	17,43	16,60
Jul	17,57	15,04
Ago	17,24	14,55
Set	16,22	13,96

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
 (2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi em poder do público decresceu de 14,55% a.a. em agosto para 13,96% a.a. em setembro, devido à menor variação do IGP-M (0,69% em setembro ante 1,22% em agosto), reduzindo o custo da NTN-C em 6,88 ponto percentual, e a menor variação de IPCA (0,37% em setembro contra 0,69% em agosto), diminuindo o custo da NTN-B em 4,49 ponto percentual. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi apresentou decréscimo mais significativo, ao passar de 17,24% a.a. em agosto para 16,22% a.a. em setembro.

No que diz respeito ao custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses, verificou-se redução deste indicador, ao passar de 18,04% a.a. em agosto, para 17,50% a.a. em setembro. Este comportamento decorreu, principalmente, da queda da taxa selic ocorrida na segunda metade de 2003 e da apreciação cambial.

O custo médio da DPMFi acumulado em 12 meses atingiu 17,50% em setembro, inferior em 0,53 ponto percentual ao valor apurado em agosto.



Prazo Médio

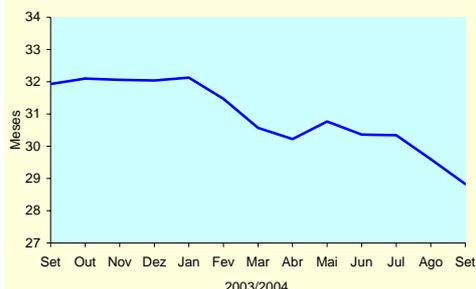
Em setembro, os prazos médios de emissão das LTN, LFT e NTN-B (10,30 meses, 19,29 meses e 317,89 meses, respectivamente) foram superiores aos prazos médios dos respectivos estoques em agosto (5,73 meses, 18,89 meses e 103,33 meses). Apesar dos fatores mencionados, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução de 0,77 meses (28,83 meses em setembro contra 29,60 meses em agosto), tendo em vista que a aproximação das datas de vencimentos dos títulos em circulação mais que compensou seus efeitos.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

		Meses	
PERÍODO	TOTAL	OF. PUB. (1)	
2003	Set	31,93	23,51
	Out	32,10	24,14
	Nov	32,06	24,15
	Dez	32,04	24,50
2004	Jan	32,13	24,79
	Fev	31,47	24,17
	Mar	30,57	23,37
	Abr	30,22	22,69
	Mai	30,77	23,57
	Jun	30,36	23,24
	Jul	30,34	23,23
	Ago	29,60	22,42
	Set	28,83	21,60

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

TÍTULOS	Meses		
	2003 SET	2004 AGO	2004 SET
LTN	6,64	5,73	5,11
LFT	22,30	18,89	18,40
NTN-B	134,91	103,33	103,23
NTN-C	65,27	70,26	69,27
NTN-D	14,94	10,34	9,47
TDA	54,69	63,01	62,06
Dívida Securitizada*	56,67	59,48	60,16
Demais	112,66	99,60	98,89
TOTAL	31,93	29,60	28,83

(*) Inclui dívida agrícola.

O estoque da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional, no mês de setembro de 2004, teve decréscimo de 1,61%, devido à apreciação do real frente ao dólar. Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu pequeno acréscimo de 0,98%, reflexo da captação internacional do *Euro 2012*, que em setembro totalizou EUR 1,0 bilhão (vide boxe 5).

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 SET	2004 AGO	2004 SET
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	167.657,4	170.452,2	168.306,0
Bônus de Renegociação	49.041,2	45.174,5	43.972,3
Bônus de Captação	118.616,2	125.277,7	124.333,7
II. DÍVIDA CONTRATUAL	56.077,1	49.150,1	47.822,4
Organismos Multilaterais	31.471,0	27.737,1	26.851,9
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.413,2	9.324,6	9.067,9
Clube de Paris	15.193,0	12.088,4	11.902,6
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	223.734,6	219.602,3	216.128,4
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.737,6	-3.960,4	-3.856,1
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-946,4	-374,6	-462,2
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	219.050,6	215.267,3	211.810,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,8%	13,2%	12,8%

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional, expressa em reais, apresentou redução de 1,61%, não obstante a captação internacional em setembro do Euro 2012, no valor de EUR 1,0 bilhão.

O serviço da dívida externa, em setembro, totalizou R\$ 3,2 bilhões, dos quais R\$ 2,2 bilhões referem-se ao pagamento de principal e R\$ 982,4 milhões ao pagamento de juros e encargos. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,8 bilhão) referiu-se aos pagamentos de principal da Dívida Pública Mobiliária Federal externa.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, SET/2004

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	2.198,8	982,4	3.181,2
I.1. Organismos Multilaterais	271,8	119,7	391,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	140,9	15,6	156,5
I.3. Clube de Paris	0,0	15,4	15,4
I.4. Dívida Mobiliária	1.786,1	831,6	2.617,7
GLOBAL2030	0,0	286,9	286,9
GLOBAL2008A	0,0	208,7	208,7
BIB	44,9	26,2	71,1
BÔNUS (taxas)	0,0	0,2	0,2
GLOBAL2009A	0,0	41,0	41,0
GLOBAL2011 (Reabertura)	0,0	37,5	37,5
SAMURAI2006	0,0	37,5	37,5
EURO2004	1.741,1	193,7	1.934,8

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 9, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 3,2 bilhões em setembro.

Boxe 5 – Reabertura da Emissão do Euro 2012 no Mercado Europeu

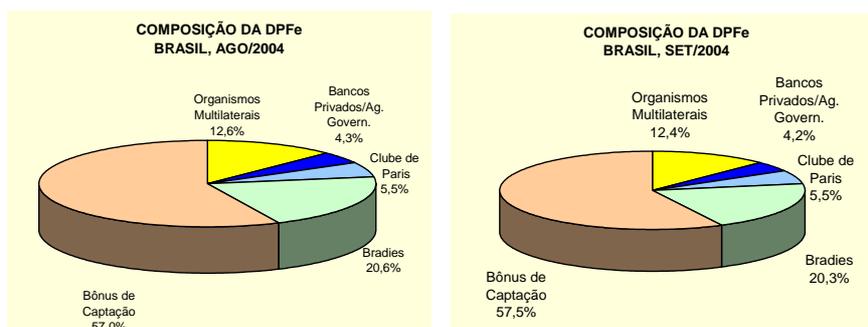
Dando continuidade ao programa de captações externas, no dia 22 de setembro o governo brasileiro realizou a reabertura da emissão em euros dos bônus *Euro 2012*. Esta operação, no valor de EUR 250 milhões, elevou para EUR 1,0 bilhão o montante do título em mercado, uma vez que EUR 750 milhões foram emitidos na operação original, ocorrida no dia 8 de setembro, já destacado no boletim de agosto. Os bônus foram emitidos com cupom de 8,50% a.a. e *spread* em 439 pontos básicos acima do título de referência do Tesouro Alemão.

Destaca-se que, com a queda do *spread*, a taxa de retorno para o investidor (*yield*) reduziu-se de 8,70% a.a. (emissão original) para 8,17% a.a. na reabertura. O título foi vendido a 101,875% de seu valor de face, ante 98,871% na emissão original. Cabe destacar que a colocação de mais 250 milhões de euros em bônus no exterior pelo governo concluiu o calendário de captações previstas para 2004 antes do prazo estabelecido, que era dezembro deste ano.

Composição

Em relação à composição da DPFe, destaca-se o aumento da participação dos Bônus de Captação em 0,47 ponto percentual, decorrente da emissão do *Euro 2012*, anteriormente citada.

Os bônus de captação aumentaram sua participação na DPFe, em virtude da emissão do Euro 2012.



O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu pequeno decréscimo, passando de 6,08 anos em agosto, para 6,07 anos em setembro. A variação decorreu da aproximação das datas de vencimento dos títulos, mais que compensando o impacto dos novos títulos emitidos.

O custo médio, em dólares, também apresentou pequena variação, ao passar de 8,82% a.a., em agosto, para 8,80% a.a., em setembro, principalmente em função da remuneração menor dos novos bônus emitidos.

Prazo e Custo Médios

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	SET	AGO	SET
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,12	6,08	6,07
Bônus de Renegociação	5,73	5,42	5,35
Bônus de Captação	6,29	6,31	6,33
Globais	7,10	7,34	7,34
Euros	3,59	2,97	3,37
Demais	3,13	2,36	2,37
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,92	8,82	8,80
Bônus de Renegociação	4,86	4,95	4,95
Bônus de Captação	10,59	10,22	10,16
Globais	12,73	10,51	10,51
Euros	10,28	10,28	9,95
Demais	6,03	6,05	6,07

* Custo Médio em dólares.

Em setembro, a Dívida Pública Mobiliária Federal externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,80% a.a. e prazo médio de 6,07 anos.

Boxe 6 – Brasil Inicia Captações para 2005

No dia 06 de outubro, o Brasil voltou a captar recursos no mercado internacional, realizando operação que resultou na colocação de um novo título, o *Global 2019*. Nessa ocasião foi emitido em mercado US\$ 1,0 bilhão em títulos com vencimento em outubro de 2019. Cabe ressaltar que o novo título foi emitido com Cláusulas de Ação Coletiva (CAC).

O título pagará cupom semestral equivalente a 8,875% a.a., tendo sido emitido a 97,78% do seu valor de face, implicando retorno fixo ao investidor de 9,15% a.a. O *spread* da operação ficou em 492 pontos básicos acima dos títulos de referência do Tesouro Norte-Americano.

Com essa operação, o volume captado no mercado global em 2004 ultrapassa US\$ 5,5 bilhões, sendo US\$ 4,5 bilhões referentes à programação de 2004, e US\$ 1,0 bilhão à antecipação do planejamento de 2005.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2003	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2004
I. RECEITA TOTAL	28.203,6	31.846,2	29.959,5	37.143,2	34.881,5	31.615,1	33.132,1	35.054,9	33.119,6	33.621,2	35.129,3	33.812,2	34.895,0
I.1. Receitas do Tesouro	21.559,9	24.795,5	23.314,5	24.720,4	28.957,7	24.412,7	25.889,4	27.765,5	25.756,8	25.622,5	27.526,4	26.134,9	27.246,1
I.1.1 Receita Bruta	22.580,6	26.563,0	25.576,5	27.015,0	29.527,2	24.742,2	26.641,8	28.448,5	26.627,1	28.026,4	29.432,7	27.675,9	28.226,1
- Impostos	9.583,7	11.405,0	11.405,0	12.055,1	12.694,1	10.236,2	11.218,7	12.531,7	10.111,3	11.093,0	12.011,4	10.938,8	11.598,9
- Contribuições	10.795,2	12.166,1	12.346,2	13.098,5	13.803,8	11.626,2	12.212,3	12.528,1	13.375,8	14.278,5	13.740,2	13.821,2	14.259,3
- Demais	2.201,7	2.991,9	1.825,3	1.861,4	3.029,4	2.879,9	3.210,8	3.388,8	3.140,0	2.654,8	3.681,1	2.915,9	2.367,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.020,7	-1.767,5	-2.262,1	-2.104,6	-569,6	-329,5	-752,4	-683,1	-870,3	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0	-979,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.603,4	6.965,5	6.568,5	12.297,6	5.850,0	7.112,8	7.138,2	7.198,2	7.275,8	7.899,9	7.509,3	7.583,4	7.527,2
I.3. Receitas do Banco Central	40,2	85,2	76,6	125,3	73,9	89,6	104,5	91,2	87,0	98,7	93,7	94,0	121,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.306,2	4.429,0	5.391,2	4.933,4	5.482,3	6.220,1	4.930,8	5.430,1	6.602,3	4.210,9	5.316,6	6.033,5	5.063,6
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	3.386,2	3.522,1	3.909,3	4.081,3	4.433,7	4.843,3	3.938,9	4.357,9	5.041,6	3.331,5	3.470,2	4.467,5	3.887,3
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	404,2	1,1	8,7	254,8	2,6	3,2
II.4. Demais	654,0	641,0	1.215,9	586,2	765,2	1.093,5	708,6	384,8	1.276,2	587,3	783,2	1.205,1	814,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	23.897,4	27.417,3	24.568,4	32.209,8	29.399,3	25.395,0	28.201,4	29.624,8	26.517,3	29.410,3	29.812,7	27.778,7	29.831,4
IV. DESPESA TOTAL	20.133,3	23.089,8	22.206,3	38.167,9	22.199,7	21.149,2	22.032,7	22.241,6	22.788,5	23.750,4	26.250,8	24.229,9	25.149,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.926,0	5.928,4	6.503,5	9.098,0	7.606,1	6.417,0	6.625,1	6.076,9	6.322,1	6.888,8	7.913,6	6.576,0	7.067,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.906,1	8.966,1	9.790,2	16.552,8	8.856,8	9.090,1	8.628,4	9.144,6	9.278,7	9.789,1	9.773,9	10.154,0	10.077,7
IV.3. Custeio e Capital	5.195,3	8.050,4	5.773,0	12.359,3	5.622,0	5.469,0	6.628,9	6.875,6	7.028,9	6.895,9	8.404,2	7.331,1	7.813,1
IV.3.1. Despesa do FAT	447,7	1.416,5	486,0	719,0	604,3	616,3	660,0	598,0	809,1	648,3	1.193,6	1.007,4	1.057,3
- Abono e Seguro Desemprego	412,1	1.371,6	426,6	649,5	601,3	593,1	620,3	569,6	780,6	621,4	1.159,3	962,0	1.015,5
- Demais Despesas do FAT	35,7	44,9	59,4	69,4	3,0	23,2	39,6	28,4	28,5	26,9	34,3	45,3	41,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	313,5	1.329,6	206,7	2.598,2	239,0	338,1	436,5	204,6	313,6	21,7	418,7	531,2	321,5
- Operações Oficiais de Crédito	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	145,7	237,5	317,3	95,0	78,4	75,1	325,7	445,7	233,4
- Subvenções aos Fundos Regionais	99,1	82,9	120,0	113,1	93,4	100,6	119,2	109,6	235,2	-53,5	93,0	85,6	88,0
IV.3.3. LOAS/RMV (2)	405,7	408,5	409,2	389,6	493,5	601,1	531,0	734,5	742,1	803,9	806,1	667,8	673,4
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.028,3	4.895,7	4.671,0	8.652,5	4.285,2	3.913,5	5.001,4	5.338,5	5.164,1	5.422,1	5.985,8	5.124,7	5.761,0
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	7,4	46,2	36,4	56,9	37,1	48,0	49,6	48,1	45,8	50,9	47,3	45,4	58,9
IV.5. Despesas do Banco Central	98,4	98,6	103,3	100,9	77,7	125,2	100,6	96,4	113,1	125,7	111,8	123,5	131,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	3.764,1	4.327,5	2.362,1	-5.958,1	7.199,5	4.245,8	6.168,7	7.383,2	3.728,9	5.659,9	3.561,9	3.548,8	4.682,3
V.1. Tesouro Nacional	6.125,0	6.341,5	5.610,5	-1.727,3	10.210,2	6.258,7	7.655,0	9.334,8	5.757,8	7.576,0	5.844,7	6.148,9	7.242,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.302,7	-2.000,6	-3.221,7	-4.255,2	-3.006,8	-1.977,3	-1.490,2	-1.946,3	-2.002,8	-1.889,1	-2.264,7	-2.570,6	-2.550,5
V.3. Banco Central (4)	-58,2	-13,4	-26,7	24,4	-3,8	-35,6	3,9	-5,2	-26,1	-27,0	-18,1	-29,5	-10,0
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (5)	0,0	0,0	0,0	0,0	60,2	174,0	354,4	464,0	395,4	307,3	365,5	228,0	285,3
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	317,4	382,8	-179,3	-1.552,6	-81,2	418,5	-561,2	-286,0	567,8	-613,1	119,8	-10,6	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6)	4.081,5	4.710,3	2.182,8	-7.510,7	7.178,5	4.838,3	5.961,9	7.561,3	4.692,2	5.354,0	4.047,2	3.766,2	nd
IX. JUROS NOMINAIS (6)	-7.186,1	-3.553,0	-9.846,0	-4.019,7	-9.089,8	-5.687,3	-5.759,4	-6.874,3	-9.548,8	-5.023,5	-4.775,3	-5.818,6	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (6)	-3.104,6	1.157,4	-7.663,2	-11.530,4	-1.911,3	-848,9	202,5	687,0	-4.856,6	330,5	-728,1	-2.052,4	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	151,1	149,8	66,6	146,8	145,5	144,4	142,0	142,0	140,2	151,1	146,1	149,9	148,6

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social.

(3) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(5) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(6) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Set/2003	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2004
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	29.613,7	30.492,9	33.122,3	43.722,8	28.242,9	33.315,9	34.365,2	35.478,1	36.923,5	33.549,2	34.435,2	36.810,4	35.683,2
I.1 - Recolhimento Bruto	20.735,4	21.441,2	24.680,5	29.313,2	20.344,4	24.241,0	24.941,2	25.378,3	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.553,3	1.222,7	1.032,3	1.230,3	910,0	1.066,6	1.340,3	1.959,6	1.144,7	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	53,5	63,7	80,9	111,6	144,4	193,9	237,5	242,9	264,2	166,6	243,4	90,8	103,5
I.5 - Receita do Salário Educação	164,3	167,8	181,7	162,8	315,5	147,5	184,5	176,7	168,2	179,7	181,8	191,8	172,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.097,2	7.586,0	7.121,1	13.054,5	6.515,9	7.664,8	7.659,4	7.717,8	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	9,9	11,6	25,9	40,4	12,7	2,2	2,3	2,9	2,6	2,9	11,3	9,8	1,9
II. DESPESAS	33.259,3	30.658,8	29.289,6	49.745,8	33.021,9	27.274,3	33.865,9	28.642,9	35.236,5	29.867,1	34.146,3	34.971,3	35.616,6
II.1 - Liberações Vinculadas	5.184,8	5.556,6	6.543,4	5.838,4	7.148,1	7.547,0	5.883,3	6.763,1	6.742,2	5.478,7	6.626,9	7.555,8	6.153,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.608,2	3.751,5	4.118,6	4.256,7	4.862,9	5.162,6	4.197,3	4.642,6	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	306,6	403,4	889,0	309,8	316,2	865,8	308,5	695,3	913,7	325,9	627,3	998,2	380,3
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.004,0	1.135,7	1.269,9	1.006,0	1.685,7	1.235,3	1.094,1	1.141,9	172,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0
II.2 - Liberações Ordinárias	28.074,5	25.102,2	22.746,2	43.907,4	25.873,8	19.727,2	27.982,6	21.879,8	28.494,3	24.388,4	27.519,4	27.415,5	29.463,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.983,1	6.047,1	8.648,2	7.504,7	7.562,3	6.519,5	6.330,8	6.208,8	6.662,4	7.952,3	6.482,6	6.938,1	7.123,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	4.168,5	2.569,8	186,4	5.199,6	2.133,4	212,3	269,1	146,3	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4	911,2
i) Dívida Contratual Interna	112,3	373,3	109,7	397,5	109,6	121,2	115,8	129,1	101,7	109,4	111,3	108,0	2,1
ii) Dívida Contratual Externa	4.056,1	2.196,6	76,7	4.802,2	2.023,8	91,1	153,3	17,2	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.435,5	2.628,7	53,0	3.552,8	2.662,2	1.203,3	3.434,3	617,3	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.849,9	8.648,9	9.692,7	19.733,5	9.464,9	6.509,8	12.167,8	8.184,0	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.796,6	10.063,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.371,9	4.319,1	3.712,8	6.757,8	3.822,7	4.978,7	5.563,2	6.564,5	5.569,2	5.885,4	6.495,9	5.880,4	8.553,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	265,6	888,5	453,2	1.159,0	228,2	303,5	217,6	158,9	204,6	227,1	430,5	422,5	298,6
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-3.645,6	-165,9	3.832,8	-6.023,0	-4.779,0	6.041,6	499,3	6.835,3	1.687,0	3.682,1	288,9	1.839,0	66,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	27.795,7	36.612,6	10.810,9	20.221,5	26.905,3	10.709,0	19.240,8	24.014,6	8.483,0	23.869,0	30.017,8	19.299,8	30.682,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	27.373,5	35.437,8	10.406,9	14.756,6	26.219,8	9.662,3	18.381,9	21.604,6	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8	29.914,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	422,2	1.174,7	404,0	5.464,8	685,5	1.046,7	858,9	2.410,0	1.140,1	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5
V. DESPESAS	26.846,8	13.904,0	23.853,9	27.512,6	23.225,2	8.920,2	25.347,6	3.856,8	34.332,8	20.161,4	29.375,9	18.959,5	15.407,2
V.1 - Amortização da Dívida Interna	25.929,8	10.910,8	18.175,2	20.417,7	22.161,7	9.693,7	24.969,7	2.956,7	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.292,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.828,3	10.337,8	18.076,7	19.125,7	22.061,6	9.587,3	24.861,6	2.821,5	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5
V.1.2 - Dívida Contratual	101,5	573,0	98,5	1.292,0	100,0	106,3	108,1	135,2	97,3	117,9	86,8	92,7	7,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	917,0	2.993,2	5.678,7	7.094,9	1.063,5	-773,5	377,9	900,2	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	1.545,2	25.100,0	-7.669,8	-4.369,0	4.158,2	75,0	-6.479,7	18.783,1	-26.439,1	6.524,3	1.307,3	238,7	16.628,9
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-11.866,6	27.036,1	-15.726,5	-38.857,1	-10.452,0	20.127,1	-23.148,1	39.005,7	-19.104,9	13.784,7	-1.547,4	2.159,7	15.792,8

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2003	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2004
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	14.352,5	8.343,4	3.683,7	2.169,3	6.776,9	12.565,3	16.059,6	20.072,7	20.108,0	7.209,2	28.826,9	5.645,4	10.750,4
I.1. Emissão de Títulos	13.116,5	6.368,3	0,0	0,0	6.131,9	4.522,7	14.832,1	18.260,7	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.194,7	1.906,1	3.520,6	2.137,7	608,4	2.342,4	1.103,8	1.623,0	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4	766,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	41,3	69,0	163,2	31,6	36,6	198,6	123,7	189,0	425,3	148,1	104,2	144,2	84,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.501,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.495,9
II. DESPESAS NO BACEN	23.522,5	3.850,0	10.200,0	27.712,3	16.130,0	268,6	33.600,2	8.060,0	15.050,0	814,3	31.305,0	5.665,0	10.300,0
II.1. Resgate de Títulos	21.597,9	3.305,4	8.500,0	24.444,9	14.090,9	-605,2	30.208,5	7.600,0	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8
II.2. Encargos da DPMF	1.924,5	544,6	1.700,0	3.267,4	2.039,1	873,9	3.391,7	460,0	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2
III. RESULTADO (I - II)	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Set/2003	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2004
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	0,0	0,0	66,1	35,3	13,5	10,3	6,6	11,5	6,3	9,4	9,9	7,6	6,7
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	131,3	13,4	0,0	0,0	173,5	1,9	0,0	0,0	0,0	16,2	133,1	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	216,7	166,0	8,0	149,7	17,6	-4,5	157,1	-94,4	-51,1	-105,4	17,2	7,5	7,9
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	10,1	1,1	2,1	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	214,4	165,5	-2,1	149,2	0,5	0,0	156,9	-94,7	-51,1	-98,6	16,9	7,5	7,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	2,3	0,5	0,0	-0,6	15,0	-5,1	0,0	0,0	0,0	-6,8	0,0	0,0	0,2
IV. PRONAF	13,3	332,6	-36,4	245,2	97,4	80,9	46,9	89,5	57,5	83,2	141,3	134,4	65,3
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,6	132,5	30,7	122,8	23,9	21,2	20,0	21,2	19,3	21,0	78,9	73,2	20,9
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	11,7	200,1	-67,1	122,4	73,4	59,7	26,9	68,3	38,2	62,2	62,3	61,1	44,4
V. PROEX	-15,6	194,9	32,1	458,6	-8,2	-75,6	70,0	-4,6	11,4	33,9	73,9	100,5	132,8
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	6,7	152,1	44,8	316,4	10,3	0,0	49,2	8,6	58,0	13,4	73,7	27,2	54,4
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-22,3	42,8	-12,7	142,2	-18,5	-75,6	20,7	-13,2	-46,7	20,4	0,2	73,3	78,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	36,2	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,2	4,2	26,3	45,3	35,2	54,7	63,1	10,2	53,2	61,9	10,4
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	421,9	3,2	1.503,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,9	7,7	-0,4	38,4	-9,4	7,6	14,1	0,6	9,8
XI. TOTAL	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	145,7	237,5	317,3	95,0	78,4	75,1	325,7	445,7	233,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Set/2003	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2004
I. DÍVIDA INTERNA	153.256,9	160.162,4	167.866,4	170.970,2	163.730,4	168.642,7	182.184,7	186.622,0	162.558,8	165.488,0	160.402,9	164.732,0	172.091,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3
Dívida Bancária	25.655,0	25.682,9	25.692,8	25.681,8	25.643,9	25.609,6	25.541,6	25.510,7	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9
INSS	-14.960,4	-15.117,5	-15.183,6	-15.256,5	-15.348,0	-15.470,8	-15.637,9	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3
Lei 7.976/89	-10.351,1	-10.092,6	-10.265,7	-9.683,7	-9.778,1	-9.654,4	-9.609,4	-9.422,8	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7
Bônus Renegociação	-20.302,2	-19.612,0	-20.246,0	-19.716,8	-20.015,8	-19.808,6	-19.660,9	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7
Lei 8.727/93	-47.637,9	-47.749,2	-47.792,1	-47.806,2	-47.775,1	-47.771,9	-47.684,4	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4
Lei 9.496/97	-206.112,1	-208.972,6	-210.416,9	-211.717,4	-213.702,4	-215.602,8	-218.539,4	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-30.275,0	-30.309,1	-30.526,3	-30.792,1	-31.090,8	-31.463,3	-31.882,5	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8
Recebíveis das Estatais	-32.974,6	-32.571,9	-33.329,4	-33.704,1	-33.541,2	-33.675,7	-34.171,6	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8
Outros	-43.029,5	-43.226,9	-43.768,2	-43.869,2	-44.207,7	-44.052,7	-44.340,1	-44.424,2	-44.478,4	-44.762,5	-45.072,2	-44.932,7	-44.439,7
Fat	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.164,5
Demais Entidades	-38.873,9	-39.492,4	-39.914,4	-40.993,9	-41.310,4	-41.102,4	-41.873,3	-42.201,9	-42.870,8	-43.553,9	-44.148,0	-44.667,9	-45.136,9
Créditos das Operações Oficiais	-12.457,2	-12.738,7	-13.219,1	-13.563,9	-13.761,9	-13.745,7	-13.531,8	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6
Arrecadação a Recolher	-5.387,2	-7.307,9	-5.458,8	-1.215,4	-7.986,2	-6.619,6	-6.182,9	-7.756,6	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.316,6
II. DÍVIDA EXTERNA	219.050,6	218.487,5	226.243,6	220.639,8	228.439,8	225.290,1	224.477,8	214.290,5	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1
Dívida Mobiliária	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0
Títulos Depositados em Garantias	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1
Dívida Contratual	56.077,1	55.165,6	57.006,7	53.544,8	53.766,4	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4
Disponibilidades	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	372.307,5	378.649,8	394.110,0	391.610,0	392.170,2	393.932,8	406.662,5	400.912,4	390.737,0	392.576,0	382.161,6	379.999,3	383.901,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,1%	25,3%	26,2%	25,9%	25,7%	25,6%	26,2%	25,5%	24,6%	24,4%	23,8%	23,6%	23,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2003	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2004
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	49.041,2	46.778,4	48.304,8	47.318,9	48.165,6	47.721,8	47.591,6	45.444,3	48.290,0	47.956,7	46.606,5	45.174,5	43.972,3
Brazil Investment Bond (BIB)	905,3	884,5	913,4	894,8	910,8	902,4	855,7	866,3	920,6	914,2	890,5	863,1	796,8
Par Bond (PB)	4.499,7	4.396,3	4.539,7	4.447,1	4.526,6	4.484,9	4.476,9	4.532,5	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5
Discount Bond (DB)	3.922,6	3.832,4	3.957,5	3.876,7	3.946,1	3.909,7	3.902,8	3.951,2	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.638,2	1.467,2	1.515,1	1.484,1	1.510,7	1.496,8	1.494,1	1.375,1	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.117,9	18.678,4	19.287,9	18.894,2	19.232,3	19.055,1	19.021,1	18.340,2	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9
Debt Conversion Bond (DCB)	10.976,3	10.723,9	11.073,9	10.847,8	11.042,0	10.940,2	10.920,7	10.405,9	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6
New Money Bond (NMB)	3.654,1	3.272,6	3.379,4	3.310,4	3.369,7	3.338,6	3.332,6	3.067,3	3.254,9	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6
Eligible Interest (EI)	4.327,1	3.523,0	3.638,0	3.563,7	3.627,5	3.594,1	3.587,6	2.905,7	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,8
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	118.616,2	120.982,3	125.508,2	124.295,1	130.669,6	129.441,1	128.995,5	120.870,7	128.958,8	130.425,9	128.839,2	125.277,7	124.333,7
Euro 2004	1.629,7	1.635,8	1.734,2	1.788,8	1.797,4	1.786,0	1.755,6	1.730,3	1.872,1	1.859,7	1.783,6	1.753,1	-
Euro 2005	4.117,4	4.132,8	4.381,6	4.519,4	4.541,3	4.512,5	4.435,6	4.371,7	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9
Euro 2006	2.288,2	2.296,7	2.435,0	2.511,6	2.523,8	2.507,7	2.465,0	2.429,5	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4
Euro 2007	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0
Euro 2009	1.662,9	1.669,1	1.769,6	1.825,3	1.834,1	1.822,5	1.791,4	1.765,6	1.897,6	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.778,6
Euro 2010	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0
Euro 2011	3.325,9	3.338,3	3.539,3	3.650,6	3.668,2	3.645,0	3.582,9	3.531,3	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.557,3
Euro 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,3
Euro libra 2007	718,0	729,7	761,9	777,4	804,6	816,7	805,4	786,2	860,8	849,0	826,7	793,7	777,6
Euro lira 2017	1.288,2	1.293,0	1.370,8	1.414,0	1.420,8	1.411,8	1.387,7	1.367,8	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8
Global 2004	8.770,2	8.568,6	8.848,2	8.667,6	8.822,7	8.741,4	8.725,8	-	-	-	-	-	-
Global 2005	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6
Global 2006	4.385,1	4.284,3	4.424,1	4.333,8	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9
Global 2007	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5
Global 2008	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5
Global 2009	5.846,8	5.712,4	5.898,8	5.778,4	5.881,8	5.827,6	5.817,2	5.889,4	6.258,2	6.258,2	6.323,7	6.068,0	5.861,2
Global 2010	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6
Global 2011	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3
Global 2012	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3
Global 2013	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3
Global 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.270,1	2.200,4	2.144,0
Global 2020	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6
Global 2024	8.696,2	8.496,3	8.773,6	8.594,5	8.748,3	8.667,7	8.652,2	8.759,6	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5
Global 2027	10.231,9	9.996,7	10.322,9	10.112,2	10.293,2	10.198,3	10.180,1	10.306,5	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1
Global 2030	4.677,4	4.569,9	4.719,0	4.622,7	4.705,4	4.662,1	4.653,8	4.711,5	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8
Global 2034	-	-	-	-	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9
Global 2040	15.076,9	14.730,3	15.211,0	14.900,5	15.167,1	15.027,4	15.000,6	15.186,7	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7
Marco Alemão 2007	1.700,5	1.706,8	1.809,6	1.866,5	1.875,5	1.863,6	1.831,9	1.805,5	1.953,5	1.940,5	1.861,1	1.829,3	1.818,8
Marco Alemão 2008	1.275,4	1.280,1	1.357,2	1.399,9	1.406,7	1.397,7	1.373,9	1.354,1	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1
Samurai 2006	1.537,2	1.581,1	1.612,6	1.617,5	1.665,7	1.601,4	1.670,3	1.597,1	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.556,7
Samurai 2007	2.049,6	2.108,2	2.150,2	2.156,6	2.220,9	2.135,1	2.227,1	2.129,5	2.282,9	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1
III. DÍVIDA CONTRATUAL	56.077,1	55.165,6	57.006,7	53.544,8	53.766,4	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2
V. TOTAL (I+II+III+IV)	219.050,6	218.487,5	226.243,6	220.639,8	228.439,8	225.290,1	224.477,8	214.290,5	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,8%	14,6%	15,0%	14,6%	15,0%	14,7%	14,4%	13,7%	14,4%	14,1%	13,7%	13,2%	12,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Set/2003	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2004
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	989.604,2	999.925,1	1.007.129,1	980.367,7	987.953,5	1.000.121,2	1.023.720,3	1.029.020,5	1.017.380,1	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6
I. Dívida em Mercado	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3
Dívida Securitizada	21.379,4	22.188,3	20.944,2	19.879,7	19.805,8	19.958,0	19.023,9	19.163,1	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0
TDA	2.044,0	2.058,5	2.015,1	1.933,3	2.043,2	2.038,8	2.085,7	2.066,4	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0
LTN	63.995,8	70.985,4	85.216,6	91.309,9	92.174,7	100.285,7	116.192,3	120.271,3	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0
LFT	438.764,9	443.403,9	439.395,6	433.346,5	436.104,8	435.157,2	440.258,9	442.530,7	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0
LFT-A	3.540,8	3.570,6	3.589,9	3.610,2	3.626,5	3.636,0	3.655,9	3.668,5	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2
LFT-B	7.855,1	7.507,7	7.455,6	6.494,0	6.415,7	6.347,8	5.963,1	5.938,6	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5
NTN-A	13.194,7	12.772,8	13.216,2	12.975,3	13.233,7	13.139,4	13.084,8	13.097,3	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2
NTN-B	13.643,1	15.618,2	15.765,9	18.049,9	19.576,6	21.210,6	21.647,2	22.786,4	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6
NTN-C	56.636,8	57.837,5	58.810,3	61.897,4	61.664,0	62.588,8	64.322,1	66.681,5	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9
NTN-D	31.397,8	29.651,7	30.655,0	30.110,1	29.610,1	26.019,6	23.587,3	23.849,4	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1
NTN-F	-	-	-	449,0	902,9	1.201,2	1.209,4	1.298,4	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4
NTN-I	1.225,8	1.317,4	1.371,2	1.601,9	1.602,0	1.565,2	1.577,3	1.557,9	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0
NTN-P	2.571,2	2.591,9	2.609,3	2.626,9	2.643,0	2.657,3	2.674,9	2.690,3	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3
CFT-A	13.004,2	12.993,3	12.859,9	12.327,2	12.210,2	12.216,5	12.188,6	12.207,0	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7
CFT-D	2.904,5	2.829,5	2.913,0	2.845,1	2.887,4	2.851,8	2.838,3	2.864,5	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2
Demais	3.851,0	3.798,7	3.850,8	3.863,7	3.812,9	3.701,2	3.755,7	3.783,1	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2
II. Dívida com BACEN	313.595,2	310.799,8	306.460,6	277.047,8	279.640,0	285.546,3	289.654,9	284.566,1	292.431,8	301.164,2	299.434,7	300.207,0	299.716,4
LTN	106.034,3	100.576,7	102.217,9	100.893,8	106.415,7	112.126,9	128.815,9	120.829,4	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6
LFT	128.868,7	130.495,7	122.708,0	96.603,3	97.869,0	98.601,4	90.794,8	91.895,5	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8
NTN-D	70.143,3	66.289,6	68.303,7	66.692,1	62.067,1	61.382,4	56.763,0	57.785,9	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7
Demais	8.548,9	13.437,8	13.230,9	12.858,6	13.288,3	13.435,6	13.281,3	14.055,2	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3
Dívida em Mercado/PIB	45,7%	46,1%	46,6%	46,4%	46,4%	46,5%	47,2%	47,4%	45,7%	45,8%	45,6%	45,6%	45,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Set/2003	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2004
I. INTERNA	-124.919,8	-126.947,4	-128.288,9	-130.706,1	-133.019,7	-133.676,3	-136.181,4	-137.525,0	-139.385,7	-142.356,5	-144.934,8	-145.412,9	-146.301,4
Dívida contratual	701,8	689,1	709,5	487,3	495,5	490,8	487,3	489,7	506,5	476,6	466,2	453,4	441,1
FAT	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.164,5
Aplicações financeiras	-4.524,4	-4.764,2	-4.601,1	-4.254,8	-4.127,7	-3.591,3	-3.649,7	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6
Fundos Regionais	-23.889,2	-24.157,2	-24.565,0	-24.849,1	-25.383,6	-25.757,5	-26.149,5	-26.528,0	-26.790,0	-27.283,2	-27.651,3	-28.072,1	-28.432,3
Demais	-11.162,0	-11.260,2	-11.457,7	-12.377,3	-12.294,7	-12.244,4	-12.561,5	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0
II. EXTERNA	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2
Disponibilidades	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-125.866,2	-127.864,1	-129.203,1	-131.575,6	-133.383,8	-134.046,8	-136.528,1	-137.904,6	-139.793,0	-142.746,4	-145.291,5	-145.787,5	-146.763,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,9%	-9,0%	-8,9%	-8,9%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

COMENTÁRIOS

No mês de setembro de 2004, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo nominal de -13,4% (treze vírgula quatro por cento) quando comparados aos repasses efetuados em agosto de 2004.

Em setembro de 2004, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.145,9 milhões, contra R\$ 3.632,4 milhões no mês de agosto, já descontada a parcela de 15 % para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2004, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, ano base 2003, com reflexo no valor das cotas do Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	SET	AGO	JAN A SET	SET/04 AGO/04	SET/04 SET/03	JAN A SET/04 JAN A SET/03
2003	1.665,2	1.919,1	17.089,8	-	-	-
2004	1.891,2	2.184,1	18.517,2	-13,4%	+13,6 %	+8,4 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	SET	AGO	JAN A SET	SET/04 AGO/04	SET/04 SET/03	JAN A SET/04 JAN A SET/03
2003	1.591,2	1.833,9	16.330,2	-	-	-
2004	1.807,2	2.087,0	17.694,2	-13,4%	+13,6 %	+8,4 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

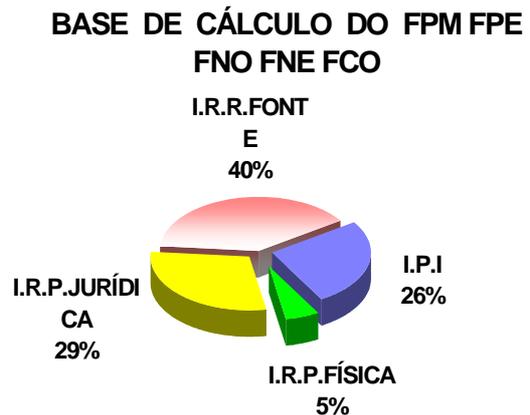
PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 639/03 os créditos relativos ao mês de **setembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/09, 20/09 e 30/09**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
SET	-15,0%	-13,4%	-15,0%	-13,4 %	-11,0%	- 3,9 %

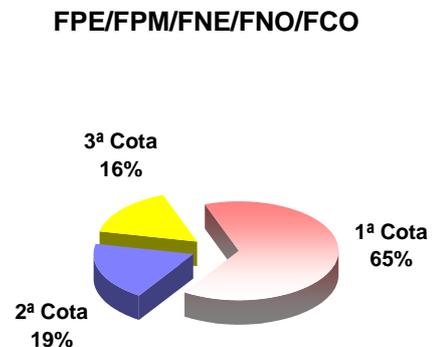
COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **setembro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

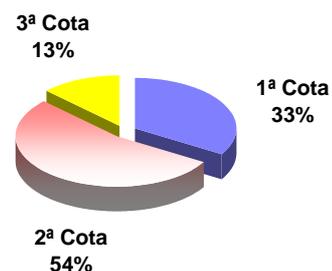


DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de agosto a 20 de setembro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Ago.	632,4	3.967,8	4.600,3						
Ago/2004	1.946,5	7.304,9	9.251,4	Set/2004	8.405,7	1.536,1	1.607,6	160,5	583,1
1º Dec./Set.	1.015,2	2.039,6	3.054,8	3º Dec./Ago.	4.600,3	840,7	879,8	53,8	313,1
2º Dec./Set.	240,4	510,2	750,6	1º Dec./Set.	3.054,8	558,3	584,2	86,3	216,8
3º Dec./Set.	690,9	4.755,0	5.445,9	2º Dec./Set.	750,6	137,2	143,6	20,4	53,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.845,35	52.551,56	16,17	10.876,29
AL	38.060,52	63.905,21	376,00	18.702,62
AM	22.487,74	42.864,62	5.126,92	12.865,86
AP	6.087,34	52.413,30	1,29	10.496,62
BA	145.179,00	144.339,35	10.707,76	56.575,35
CE	83.696,46	112.705,50	1.894,29	35.685,69
DF	3.265,43	10.602,48	9,62	2.793,12
ES	28.680,95	23.042,19	7.431,12	12.250,89
GO	58.867,39	43.674,17	1.316,01	18.895,05
MA	64.565,46	110.882,09	1.517,92	44.173,94
MG	211.302,74	68.427,63	18.188,54	58.058,14
MS	23.928,65	20.461,47	990,37	8.533,04
MT	30.432,11	35.452,71	1.416,13	12.701,50
PA	58.420,53	93.889,25	6.043,50	36.204,51
PB	51.798,43	73.564,50	487,63	22.331,10
PE	81.116,80	105.997,15	1.000,63	31.950,53
PI	39.846,41	66.383,01	106,96	20.292,81
PR	108.558,71	44.290,16	17.676,54	34.377,79
RJ	47.566,85	23.467,70	16.504,62	17.940,72
RN	40.484,26	64.178,65	437,57	18.701,04
RO	14.521,12	43.251,73	188,90	10.334,53
RR	7.672,49	38.107,17	13,72	8.097,44
RS	108.464,76	36.173,17	23.236,17	33.866,26
SC	62.515,57	19.659,60	13.596,50	18.427,17
SE	23.288,14	63.831,48	93,89	15.497,07
SP	215.631,10	15.361,46	32.096,47	58.897,72
TO	24.484,49	66.668,74	7,11	16.120,57
Total	1.609.768,81	1.536.146,04	160.482,35	645.647,40

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Out/Set	Nov/Out	Dez/Nov
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+6,0 %	-5,8 %	+5,7 %
IPI-EXP	- 4,0 %	-19,6 %	+31,2%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan a Dez/03	04/02/04	Mai/2004	01/07/04
Jan/2004	18/02/04	Jun/2004	30/08/04
Fev/2004	26/03/04	Jul/2004	30/08/04
Mar/2004	20/04/04	Jan a Jun/2004	30/08/04
Abr/2004	21/05/04	Ago/2004	30/09/04

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2003, a Portaria STN 639, de 19 de dezembro de 2003, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2004.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580

Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em setembro de 2004, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.332,0 milhões, contra R\$ 2.481,7 milhões em agosto de 2004. Os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de 6,0% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de 13,4% do FPM/FPE.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: > Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.

R\$ Mil

Origens	agosto	Partic.	setembro	Partic.	Set/ Ago
FPM	325.097,2	13,1%	281.519,1	12,1%	-13,4%
FPE	313.047,5	12,6%	271.084,6	11,6%	-13,4%
IPI-EXP	29.465,0	1,2%	28.320,4	1,2%	-3,9%
LC 87/96	42.387,5	1,7%	42.387,5	1,8%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	22.335,8	0,9%	22.335,8	1,0%	0,0%
ICMS	1.749.443,3	70,5%	1.686.398,2	72,3%	-3,6%
Total	2.481.776,4	100%	2.332.045,6	100%	-6,0%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

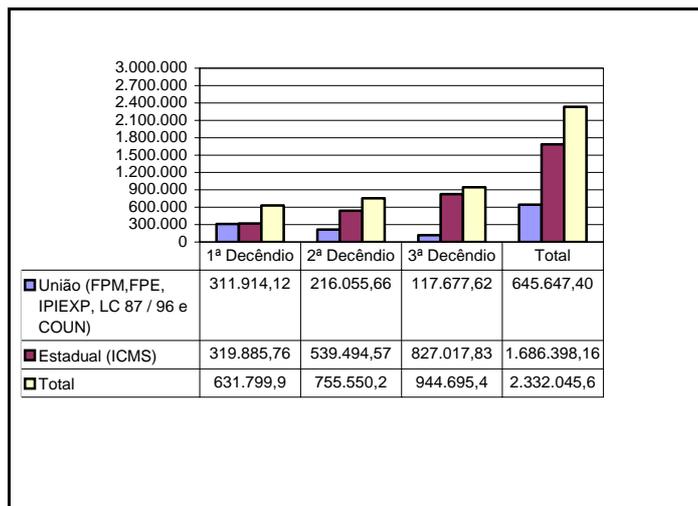
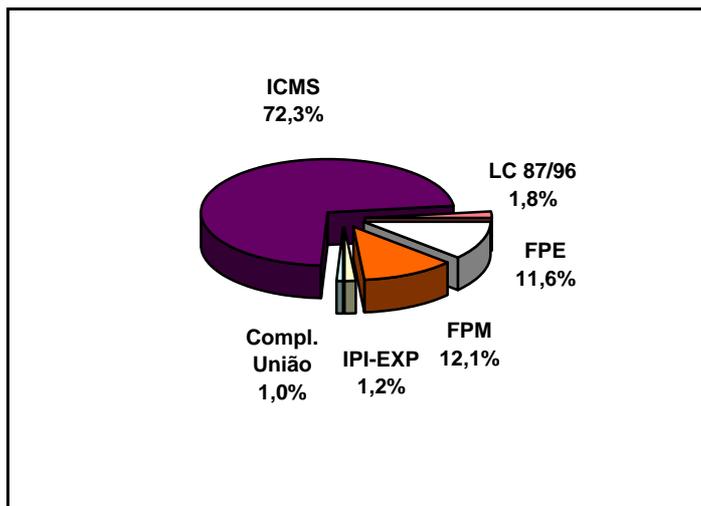
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2004 - PORTARIA Nº 024, DE 29 DE JANEIRO DE 2004

Portaria MF nº 24, de 29 de janeiro de 2004, publicado no D.O.U. em 30/01/04, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2004.

MÊS	ALAGOAS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUÍ	TOTAL
JANEIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
FEVEREIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MARÇO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
ABRIL	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MAIO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JUNHO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JULHO	855.690	6.044.130	36.693.765	19.215.750	4.198.125	67.007.460
AGOSTO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
SETEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
OUTUBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
NOVEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
DEZEMBRO	1.140.920	8.058.840	48.925.020	25.621.000	5.597.500	89.343.280
TOTAL	4.848.910	34.250.070	207.931.335	108.889.250	23.789.375	379.708.940

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - SETEMBRO/2004 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	140.732	9.274	1.561	3	0	39	3.050	13.926	99,0	974,3
AL	681.631	11.277	6.717	66	285	357	11.601	30.303	44,5	412,9
AM	702.496	7.564	3.968	905	0	428	41.270	54.135	77,1	559,6
AP	123.954	9.249	1.074	0	0	173	1.984	12.480	100,7	1.010,9
BA	3.145.874	25.472	25.620	1.890	2.015	1.580	100.652	157.227	50,0	397,3
CE	1.629.478	19.889	14.770	334	0	692	49.555	85.241	52,3	393,6
DF(2)	295.507	1.871	576	2	0	344	0	2.793	9,5	93,5
ES	506.045	4.066	5.061	1.311	0	1.812	35.966	48.217	95,3	857,5
GO	946.678	7.707	10.388	232	0	567	58.984	77.879	82,3	672,7
MA	1.515.900	19.567	11.394	268	12.231	713	11.857	56.031	37,0	374,7
MG	3.234.938	12.075	37.289	3.210	0	5.484	185.003	243.061	75,1	622,7
MS	411.164	3.611	4.223	175	0	525	28.441	36.974	89,9	765,9
MT	575.966	6.256	5.370	250	0	825	43.541	56.243	97,6	764,7
PA	1.563.132	16.569	10.309	1.067	6.405	1.855	29.066	65.271	41,8	372,4
PB	785.138	12.982	9.141	86	0	122	15.053	37.384	47,6	442,7
PE	1.454.254	18.705	12.495	177	0	574	45.251	77.201	53,1	465,7
PI	680.126	11.715	7.032	19	1.399	128	9.020	29.313	43,1	419,5
PR	1.575.874	7.816	19.157	3.119	0	4.285	101.974	136.352	86,5	766,6
RJ	1.995.272	4.141	8.394	2.913	0	2.493	139.844	157.785	79,1	804,7
RN	556.513	11.326	7.144	77	0	154	18.138	36.839	66,2	594,2
RO	296.998	7.633	2.563	33	0	106	13.240	23.574	79,4	713,5
RR	73.528	6.725	1.354	2	0	16	2.380	10.477	142,5	1.318,1
RS	1.560.320	6.384	19.114	4.101	0	4.268	119.218	153.084	98,1	856,8
SC	881.442	3.469	11.032	2.399	0	1.526	74.056	92.483	104,9	854,9
SE	382.172	11.264	4.110	17	0	106	11.373	26.870	70,3	652,9
SP	5.136.533	2.711	37.342	5.664	0	13.181	527.673	586.571	114,2	1.051,4
TO	272.309	11.765	4.321	1	0	33	8.208	24.329	89,3	831,0
Total	31.123.974	271.085	281.519	28.320	22.336	42.388	1.686.398	2.332.046	74,9	661,1

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 02, de 02.01.2004. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.